

# A QUARTA ONDA: ATIVISMO SOCIOLINGUÍSTICO NO BRASIL

LA CUARTA ONDA: EL ACTIVISMO SOCIOLINGÜÍSTICO EN BRASIL

THE FOURTH WAVE: SOCIOLINGUISTIC ACTIVISM IN BRAZIL

**Raquel Meister Ko. Freitag\***  
Universidade Federal de Sergipe

RESUMO: A sociolinguística estuda as relações entre língua e sociedade. Apesar da sensibilidade inerente da interface, a organização da produção do conhecimento se agrupa em tendências, ou ondas, que configuram e mantêm uma hegemonia, mantida pelo direcionamento de fomento e pelo viés social que mantêm o *habitus*. Mostro como a escolarização é a chave para a mudança de pautas e refaço um percurso que aponta os espaços de ascensão das pautas não hegemônicas na sociolinguística brasileira. Para tanto, sigo a proposta de organização em ondas e a sua ressignificação no cenário de pesquisa brasileira, com especial ênfase na quarta onda, a do ativismo sociolinguístico.

PALAVRAS-CHAVE: Sociolinguística. Ativismo sociolinguístico. Educação.

RESUMEN: La sociolingüística estudia la relación entre lengua y sociedad. A pesar de la sensibilidad inherente de la interfaz, la organización de la producción de conocimiento se agrupa en tendencias u olas, que configuran y mantienen una hegemonía, que permanece por la orientación de la promoción y el sesgo social que mantiene el *habitus*. Muestro cómo la escolarización es la clave para el cambio de directrices y trazo un camino que señala los espacios de ascenso de las directrices no hegemónicas en la sociolingüística brasileña. Para ello, sigo la propuesta de organización en olas y su resignificación en el escenario de la investigación brasileña, con especial énfasis en la cuarta ola, la del activismo sociolingüístico.

PALABRAS CLAVE: Sociolingüística. Activismo sociolingüístico. Educación.

ABSTRACT: Sociolinguistics is the study of the relationship between language and society. Despite the sensitivity of that interface, the organization of knowledge development is clustered in trends, or waves, that set and support a hegemony, which is maintained by the funding guidelines and the social bias that maintains the habitus. I show how education is the key to shifting agendas and recreate a path that reveals the emerging spaces of non-hegemonic agendas in Brazilian sociolinguistics. To do so, I follow the proposal of organization in waves and its resignification in the Brazilian research scenario, with special attention to the fourth wave, that of sociolinguistic activism.

KEYWORDS Keywords: Sociolinguistics. Sociolinguistic activism. Education.

---

\* Graduada em Letras, mestre e doutora em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: rkofreitag@academico.ufs.br. Agradeço ao Grupo de Estudos em Linguagem, Interação e Sociedade (Gelins) e ao Laboratório Variação, Identidade, Estilo e Mudança (Variem), pela oportunidade de discussão do texto e amadurecimento dos pontos de vista.

## 1 INTRODUÇÃO

A hegemonia na academia pode se construir por efeito do *habitus*: fazemos assim porque sempre fizemos e sempre fizemos assim. Mas também uma hegemonia pode ser resultado da regra de ouro: quem tem o ouro faz a regra. Repetir fórmulas que funcionam para manter resultados que atendem às expectativas, sem correr riscos. Não é por comodismo, não é por aculturação. Precisamos chegar a um resultado para poder dar propulsão à mola do financiamento: tenho que ter uma quantidade de artigos publicados em revistas (e não em qualquer revista, só valem as aprioristicamente *Qualificadas*) para poder ter chances de concorrer a um edital de fomento, ter progressões na carreira ou simplesmente se manter na roda da pesquisa, credenciada em um programa de pós-graduação. Corre-se menos riscos ao se tentar publicar um artigo com um tema abordado ao modo do que se espera no campo do conhecimento do que um artigo resultante do teste de novas abordagens ou em novos grupos ou comunidades (que podem ou não ter resultados publicáveis). Assim, o sistema gira em torno da hegemonia. Esta não é uma peculiaridade da linguística, nem da sociolinguística; a regra de ouro move todo o sistema.

Em uma interface que lida com as relações entre língua e sociedade como a sociolinguística, o espaço para o contra-hegemônico pode se abrir, desde que condições para isso se deem. Neste texto, refaço um percurso que mostra os espaços de ascensão das pautas não hegemônicas na sociolinguística brasileira. Quem tem o privilégio de estar na hegemonia talvez se assuste com a contundência de algumas posições; esta é uma perspectiva contra-hegemônica inclusive na narrativa. O hegemônico é o que está dado, construído nos grandes centros tradicionalmente polarizadores das tendências em pesquisa no cenário brasileiro. O contra-hegemônico emerge quando condições favoráveis são constituídas, quando há abertura ou possibilidade da abertura; é o que ocorre fora dos grandes centros. Para contar essa emergência do contra-hegemônica, sigo a proposta de organização do conhecimento em ondas e a sua ressignificação no cenário de pesquisa brasileira, com especial ênfase na quarta onda, a do ativismo sociolinguístico.

## 2 AS ONDAS NA SOCIOLINGUÍSTICA

Na ciência, uma maneira de organizar modos de fazer de um recorte de um campo do saber tem sido chamada de “ondas”. Em comum, as propostas de ondas da ciência têm natureza retrospectiva: só vemos a onda passada ou passando, não prevemos a onda que vem. Há quem diga que a metáfora da onda não é a mais precisa, porque dá a ideia de sucessão, o que não é o caso. Para eliminar essa imprecisão, em português, “*making waves*” poderia ser equiparado à tendência. Uma tendência não é suplantada por outra; ao contrário, tendências podem coexistir e persistir. E é assim que as ondas da ciência devem ser consideradas.

Há ondas para propor uma organização dos movimentos feministas, assim como, por exemplo, há ondas para a organização da globalização (MARTELL, 2007). E também há ondas na sociolinguística. Por sua trajetória de pesquisadora e militante, é de supor que inspirada nas ondas do movimento feminista, Penelope Eckert (2012 [2008], 2018) propõe uma organização em ondas para o modo de fazer da sociolinguística, em específico a de orientação variacionista. Estudos de primeira onda visam mapeamento de uma comunidade de fala em busca de padrões regulares de variantes, em coletas rápidas e em larga escala para verificar variabilidade linguística e sua correlação com categorias sociodemográficas amplas. Estudos de segunda onda buscam correlação de variáveis com categorias sociodemográficas mais abstratas, como gostar ou não gostar da cidade, demandando abordagens com um pouco mais de envolvimento com a comunidade. Tanto enfatiza Penelope Eckert (2018) de que ondas não são sucessivas que o exemplo que ela escolhe para um estudo de segunda onda (o trabalho de mestrado de William Labov sobre a centralização de ditongos na ilha de Martha’s Vineyard, em 1963) é temporalmente anterior ao de primeira onda (padrões de distribuição na cidade de Nova Iorque, sua tese de doutorado, em 1966).

Os chamados estudos de terceira onda têm como foco a busca por captar o valor social/significado social das variáveis, explorando questões que estão mais relacionadas ao estilo e à identidade do que ao padrão dialetal. Em vez de categorizações sociodemográficas amplas em grupos, estudos de terceira onda lidam com categorias mais dinâmicas, constitutivas das *personae*. A variação é parte de um processo de indexicalidade, a construção cultural do valor social de uma forma a um grupo de pessoas, ou a uma comunidade de práticas. Enquanto nos estudos das primeira e segunda ondas a variável é definida *a priori*, em estudos de terceira onda um dos objetivos é identificar como pessoas se identificam e se constroem naquela comunidade.

Nem sempre é claro como as pessoas se identificam dentro de uma comunidade, o que faz com que uma variável seja sensível ou não à avaliação em uma comunidade pode ser atrelado ao seu grau de saliência, seja linguística, semiótica, social ou ideológica.

As ondas, mais especificamente estudos de terceira onda, impactam sobremaneira o modo de como conduzir uma investigação sociolinguística. A agenda de estudos de terceira onda na sociolinguística visa investigar como os condicionamentos sociais impostos e as relações de poder atuam sobre as formas linguísticas em variação, a fim de identificar o seu significado social da variação, que emerge de modo dinâmico a partir de práticas sociais e de processos pragmáticos em que a variação colabora na constituição de estilos de tipos sociais ou *personae*. Esta perspectiva de análise traz desafios metodológicos (FREITAG; MARTINS; TAVARES, 2012), com a abordagem da variação linguística em comunidades de práticas e a caracterização dos tipos sociais para além da classificação sociodemográfica, tal como predominante nos protocolos de documentação linguística dos estudos de primeira onda.

A Sociolinguística do Brasil tem se organizado em função de amostras padronizadas para subsidiar a descrição linguística, em ações de documentação linguística que popularmente são denominadas de “bancos de dados sociolinguísticos” (FREITAG *et al.*, 2021; FREITAG, 2022). Assumindo um olhar retrospectivo (FREITAG, 2016a), a sociolinguística do Brasil se constituiu enquanto campo da ciência ao mesmo tempo que a pós-graduação se constituiu no Brasil, e o arranjo metodológico das pesquisas foi e continua sendo fortemente influenciado pelas linhas de financiamento disponíveis para pesquisa. É nesse contexto que projetos estruturantes que geram produtos como bancos de dados, tais como o do PEUL (PAIVA; SILVA, 2012), VARSUL (COLLISCHONN; MONARETTO, 2012), IBORUNA (GONÇALVES, 2019), VALCO (DETTONI, *et al.*, 2012), PortVIX (YACOVENCO, *et al.*, 2012), dentre outros, são constituídos e subsidiam um conjunto de investigações que, em conjunto, contribuem para a descrição do português brasileiro, mais especificamente, para uma norma brasileira. Por se tornarem produtos, os usos de bancos de dados extrapolam a função de descrição sociolinguística e subsidiam estudos que visam testar teorias ou buscar interfaces teóricas, tanto com abordagens formais (sociolinguística paramétrica, gramáticas em competição), como com abordagens funcionais (sociofuncionalismo, gramaticalização) (GÖRSKI; MARTINS, 2021).

As limitações de financiamento continuam ditando a agenda da ciência no Brasil, em especial as humanidades, cada vez mais estranguladas na ordem das áreas prioritárias e estratégicas. Assim como a sociolinguística de primeira onda foi ressignificada para a constituição de amostras, os “bancos de dados sociolinguísticos”, para descrição de padrões dialetais e subsídio à testagem de teorias, o que entendemos por terceira onda no Brasil também parece ser ressignificado: o reconhecimento do papel constitutivo da variação é ressignificado como uma pesquisa com maior engajamento e inserção social nos resultados, com alinhamento textualmente explícito a uma terceira onda da sociolinguística, não se limitando à descrição linguística, mas também buscando a visibilidade de grupos minoritários ou subrepresentados socialmente, tais como gays, mulheres e suas interseccionalidades (por exemplo: VELOSO, 2014; FREITAG; SEVERO, 2015; FERRAZ, *et al.* 2016; CARVALHO; ALMEIDA, 2017; CARVALHO, 2017; LISBOA; PEREIRA, 2017; GHESSI-ARROYO; PELUCO, 2020; RIBEIRO, 2021b; CAMPOS; CERQUEIRA, 2022; SOUZA-SILVA; LUCENA, 2021; ZAMBRANO, 2022, dentre outros), mas também assumindo explicitamente categorias como raça, classe social e religião, que não configuram os arranjos de documentação linguística que originaram os bancos de dados sociolinguísticos (por exemplo: SANTOS; PARCERO, 2018; CERQUEIRA, 2020, dentre outros, para raça; SANTANA; ANDRADE; FREITAG, 2015; SOUZA; LOPES, 2021, dentre outros, para religião), assim como a busca por uma aproximação em espaços de ativismo sociolinguístico, nas redes sociais físicas e virtuais (por exemplo: SANTANA, 2018; AMARAL, 2022, dentre outros) e na escola (por exemplo: CAMACHO; SALOMÃO-CONCHALO, 2016; VALADARES; SANTOS, 2019; MELO, 2020; RIBEIRO 2021a; BARBOSA; MARRA, 2022; RODRIGUES; VIEIRA, 2022; GHESSI-ARROYO, 2022, dentre outros). A força da ressignificação da terceira onda é uma tendência tão forte na sociolinguística do Brasil que o texto seminal de Penelope Eckert (2012) foi traduzido para o português (2022) em menos de dez anos; obras seminais como *Sociolinguistic patterns* (LABOV, 1972a) e *Empirical Foundations for a Theory of Language Change* (WEINREICH; LABOV, HERZOG, 1968) levaram mais de 50 anos para terem uma tradução em português, e *Language in the inner city* (LABOV, 1972b) ainda não foi traduzida.

Esta mudança no *modus operandi* dos estudos sociolinguísticos brasileiros, em especial a pesquisa direcionada a comunidades de práticas, não suplanta as abordagens de bancos de dados sociolinguísticos, que também buscam a ressignificação para a inserção social e engajamento: mesmo pesquisas que se alinham em primeira e segunda onda têm prospectado ações para o ativismo

sociolinguístico, a fim de manter a sustentabilidade da pesquisa (socio)linguística brasileira (MACHADO-VIEIRA *et al.*, 2021; FREITAG, 2022).

Mas Penelope Eckert não foi a única a propor arranjo de ondas na Sociolinguística. Allan Bell (2016) propõe uma organização deste tipo a partir da observação dos estudos que foram publicados no *Journal of Sociolinguistics*. Na sua maneira de organizar as tendências, Bell (2016) identifica uma tendência/onda de estudos que tratam de questões sociais que têm uma manifestação linguística, e outra em que uma investigação linguística é realizada em dados reais da sociedade. Uma terceira onda seria uma linguística socialmente constituída, em que a língua é inerentemente social, e a sociedade é inerentemente linguística. O delineamento dos estudos publicados no periódico leva Bell (2016) a concluir que a área tem se movimentado das duas primeiras ondas para a terceira. Outra proposta de arranjo em ondas é apresentada por Anne Charity-Hudley (2013), com foco no ativismo sociolinguístico, discutida na seção a seguir.

Antes de encerrar esta seção, algumas palavrinhas sobre ondas precisam ser ditas (e lembradas no decorrer deste texto): em todos os campos da ciência, a caracterização em ondas é retrospectiva. Isso significa criar um elo entre estudos já realizados a partir de um ponto de interesse, que é definido por quem se propõe a organizar. Podemos ver o delineamento de novas ondas; o movimento feminista, por exemplo, tem visto a organização de uma nova perspectiva de estudos que se alinham a uma quarta onda. Ondas são retrospectivas, não dá para forçar uma onda em curso a ser o que queríamos que fosse. Abordagens prospectivas, de como a ciência deveria se comportar não configuram tendências, mas sim previsões.

O lugar de uma retrospectiva é sempre privilegiado, pois torna possível olhar para tendências que se constituíram e tecer julgamentos de como pode ter sido feito; não é, no entanto, um olhar justo com quem estava “surfando a onda” no momento. A agenda de pesquisa e o financiamento andam lado a lado: nem sempre (quase nunca) se pesquisa o que se quer, se pesquisa aquilo que é viável, tanto em termos de financiamento, quanto em termos de embargos éticos ou de latência de tema. Pesquisas que demandam investimento com a coleta, processamento, armazenamento e disponibilização de dados, recursos humanos altamente especializados e infraestrutura são pautados pela agenda do financiador. Se nos primeiros anos da pós-graduação no Brasil, a política de financiamento priorizava projetos estruturantes, que atendessem a um grupo maior, e que originaram os bancos de dados sociolinguísticos tradicionais (FREITAG, 2016a), nos últimos cinco anos a política de financiamento define áreas prioritárias no domínio da tecnologia. A portaria 5109/2021 do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação lista tecnologias prioritárias para financiamento: estratégicas, habilitadoras; de produção; para desenvolvimento sustentável; para qualidade de vida; e para promoção, popularização e divulgação da ciência, tecnologia e inovação. Ainda que exista um parágrafo para dizer que são também prioritários projetos de ciência básica, humanas e sociais aplicadas, a prioridade só se efetiva se a temática estiver alinhada ao desenvolvimento das tecnologias, levando a pesquisa sociolinguística a buscar interfaces com o campo de processamento da linguagem natural ou a alimentação de modelos de grande linguagem, tais como ChatGPT. Assim, a ressignificação da terceira onda da sociolinguística no Brasil, em especial aos bancos de dados sociolinguísticos já existentes, parece ser também reflexo da necessidade de sobrevivência e sustentabilidade da pesquisa, já que a divulgação da ciência abre a possibilidade de inserção social da sociolinguística.

Pode parecer redundante inserção social da sociolinguística, mas se a priorização de financiamento em outros momentos visava a descrição abrangente e padronizada, em função de documentações linguísticas para a descrição linguística, o componente social não necessariamente ganhava relevo. Não por falta de sensibilidade ou de interesse da comunidade científica, mas por ajustes às linhas de fomento. O feito é melhor que o perfeito. A crítica de como poderia ser feito é fácil (e leviana, eu diria) no olhar retrospectivo; quem surfou a onda teve que dançar conforme a música da agência de fomento para termos o que temos hoje.

Mas não são só as linhas de fomento que pautam a pesquisa sociolinguística. Se sociolinguística é o campo da linguística que estuda as relações entre língua e sociedade, mudanças na sociedade levam a mudanças na língua, na direção do que Bell (2016) propõe de terceira onda. Mas nem sempre a mudança na língua leva a mudanças na sociedade. A abordagem sociolinguística baseada em bancos de dados, estratificados e padronizados, leva à descrição de uma variedade da língua assumida como a variedade padrão. E o padrão, tanto de estratificação da língua, como de estratificação da sociedade, assume uma perspectiva que hierarquiza variedades:

capital vs. interior, sudeste vs. nordeste. O ativismo sociolinguístico pode fazer com que essa hierarquização seja, no mínimo contestada. É o que propõe Anne Charity-Hudley (2013).

### 3 ONDAS DO ATIVISMO SOCIOLINGUÍSTICO

Impulsionada por mulheres mais jovens que usam a internet e as mídias sociais para desafiar a desigualdade de gênero, a quarta onda do movimento feminista se caracteriza pela incredulidade quanto ao fato de certas atitudes continuarem existindo (WRYE, 2009). Apesar de todos os avanços em busca de equidade, mulheres sofrem *maninterrupting*, quando um homem interrompe constantemente uma mulher, de maneira desnecessária, não permitindo que ela consiga concluir sua frase – e ainda que não sejam assim denominado –, é o que apontam Barrozo e Aguilera (2014), por exemplo, no silenciamento de falas da ministra Rosa Weber no Supremo Tribunal Federal.

O ativismo da quarta onda do feminismo reverbera, de certa forma, no ativismo sociolinguístico proposto por Anne Charity-Hudley. Vejamos.

Charity-Hudley (2013) retoma a premissa da justiça social, amplamente discutido na sociolinguística, e formulada em termos de princípios, tais como o princípio da gratuidade linguística (WOLFRAM, 1998; WOLFRAM; REASER; VAUGHN, 2008), em que as ações de documentação linguística mobilizam dados coletados com membros da comunidade em colaboração com a universidade e associações comunitárias. Isso faz com que pesquisadores e membros da associação comunitária participem juntos das entrevistas, formulem perguntas, realizem documentações, recrutem participantes. A coleta de dados para a documentação linguística é a base do princípio da dívida (LABOV, 1982): os produtos da documentação sociolinguística devem estar disponíveis para a comunidade. A documentação sociolinguística precisa beneficiar a comunidade por documentarem a história local e por prover uma fonte para pesquisa e educação. E, ainda, o princípio do serviço linguístico e não linguístico, proposto por Rickford (1997), em que o pesquisador se voluntaria em atividades não linguísticas em colaboração com a pesquisa, formando vínculo de longo termo com a comunidade. Mas até mesmo a devolutiva pedagógica ou a inserção da pesquisa na escola (REASER; ADGER, 2007; BUCHOLTZ, 2014) são ações de justiça social debitadas da constituição de estudos sociolinguísticos.

Charity-Hudley (2013) defende que modelos sociolinguísticos poderiam refletir um paradigma de justiça social se eles fossem co-construídos por linguistas e pelas comunidades, de modo que um aprenda com o outro. Enquanto pesquisadores sociolinguistas descrevem a comunidade e produzem seus artigos, livros e cursos, o retorno à comunidade é muito baixo. Para um maior alcance e para a efetividade da justiça social da pesquisa sociolinguística, Charity-Hudley (2013) defende a necessidade de planos de difusão do conhecimento na comunidade.

Mas se os princípios da justiça social são preconizados e defendidos pela sociolinguística, por que ainda não são aplicados? É aqui que entram as ondas na perspectiva de Charity-Hudley (2013).

A primeira onda – identificando problemas e construindo teorias – visa a mapear problemas de pesquisa, trazê-los para a esfera acadêmica e testá-los com medidas quantitativas e qualitativas. Como resultado, temos o reconhecimento de que todas as variedades de línguas, faladas e escritas, são iguais. Na segunda onda – identificando aplicações e ampliando teorias – predomina a análise quantitativa e qualitativa de usos linguísticos situados, nos contextos de aplicação. Como resultado, temos fatores sociolinguísticos que explicam diferenças de comportamento linguísticos entre grupos e as questões de fracasso escolar, por exemplo. A terceira onda é caracterizada por ações diretas de formação sociolinguística, com o treinamento de pesquisadores sociolinguistas dentro da comunidade e a sensibilização da comunidade para as questões sociolinguísticas. A quarta onda é a onda dos programas de difusão, com o acesso de grupos linguisticamente excluídos (falantes de “norma popular”, contatos linguísticos entre variedades). A mudança de perspectiva que leva à ascensão a pesquisadores dos representantes dos grupos linguísticos minoritários e o financiamento de projetos de pesquisa a serem desenvolvidos pela própria comunidade.

Na base da quarta onda que Anne Charity-Hudley, sociolinguista negra norte-americana, há uma questão que, mesmo lá, é delicada: a relação entre raça e linguagem. Junto com Christine Mallinson e Mary Bucholtz (2020), assina um manifesto em favor do engajamento de linguistas de diferentes abordagens metodológicas e origens raciais.

Enquanto a variedade padrão é descrita como norma não-marcada, Charity-Hudley (2016) lembra que as variedades linguísticas são descritas em função de atributo de raça, como o inglês afro-americano ou inglês chicano. Muitos estudos sociolinguísticos norte-americanos assumem a categoria raça ou etnia, e a categorização de raça de participantes de uma documentação linguística se dá por meio de identificação, autoidentificação, ou uma combinação de ambas. Mas Charity-Hudley (2016) ressalta que as categorias são decididas antes mesmo que a análise linguística tenha começado, e por vezes o viés racializado é definido pelo pesquisador, não pelo fenômeno ou pela abordagem.<sup>1</sup> No contexto de uma agenda raciolinguística (ROSA; FLORES, 2017), a quarta onda embandeirada por Charity-Hudley (2016) enfatiza as diferenças entre o que se aprende sobre uma língua e/ou grupo racial, estudando-a e o que se aprende vivendo a experiência. Neste modelo, tanto a ideologia linguística quanto a racial são coconstruídas e negociadas entre quem pesquisa e a comunidade, valorizando o que as pessoas, raça e/ou cultura valorizam e veem como crucial para a investigação da língua, bem como para a justiça social promovida pela sociolinguística.

Assim, quando se fala em ativismo sociolinguístico, não se fala em um movimento “contra o preconceito linguístico”, porque o preconceito linguístico é resultado do processo de escolha de uma variedade como o padrão. Movimentos contra o preconceito linguístico são resultados, ainda que indiretos, de decisões metodológicas e podem assumir tanto uma visão romântica e inocente de que as pessoas deixarão de ser preconceituosas, ou, na versão mais maléfica, simplesmente dizer que não está errado falar de um jeito ou de outro (sem apresentar, contudo, a oportunidade de perceber uma escala de valores, ter consciência da própria variedade). Na mesma perspectiva de resignificação, uma quarta onda de ativismo sociolinguístico envolve uma postura ativa dos pesquisadores da sociolinguística em mobilizarem os resultados de seus estudos para reverterem em materiais didáticos e de difusão e no suporte no reconhecimento e valorização das variedades.

Mas o aspecto mais revolucionário da quarta onda é o protagonismo na agenda de pesquisas, o engajamento da comunidade, como defende Charity-Hudley (2016). Enquanto na sociolinguística norte-americana a discussão racial esteve presente desde os primeiros estudos enquanto categoria de análise, no cenário brasileiro a escolaridade foi assumida como a categoria ressumitiva das assimetrias sociais e raciais. Historicamente, a população negra tem tido menos acesso a recursos e oportunidades educacionais e econômicas, o que resulta em desigualdades persistentes. Como resultado, a maioria da população de baixa renda e com menor escolaridade é composta por pessoas pretas ou pardas. Essas desigualdades também se refletem nas oportunidades de mercado de trabalho, e por tabela, nas classes sociais. A relação entre raça, classe social e escolaridade é, pois, complexa e está interligada, e escolaridade, medida em anos na escola ou nível de estudo, é a categoria de estratificação cuja métrica é objetiva. Daí que as explicações ou interpretações de resultados de estudos sociolinguísticos que adotam a métrica da escolaridade costumam extrapolar para a relação entre raça e classe social que o constructo subsume.

Isso não quer dizer que a questão racial não foi considerada nos estudos sociolinguísticos brasileiros; há um conjunto de estudos que têm por objetivo desvelar o português afro-brasileiro (PETTER, 2009; LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009, dentre outros), que seguem uma agenda de busca pelas origens crioulas do português brasileiro, com abordagem voltada para a descrição contrastivas dos efeitos dos contatos, em comunidades rurais ou fora dos grandes centros. A submissão dos efeitos raciais na fala urbana, nos grandes centros, também pode ser vista em abordagens que contrastam fala culta vs. fala popular (LUCCHESI, 2015), em que questões de classe e raça são subsumidos pelo contraste entre mais escolarizados e menos escolarizados. Poucos estudos pautam a questão racial como central para a explicação sociolinguística do funcionamento de uma variedade urbana no Brasil; do repertório a que tenho acesso, Cerqueira (2020) faz essa proposição, não como um estudo de contraste, mas como o estudo de uma variedade com funcionamento próprio, legítimo e indexado a um grupo socialmente representativo.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Um processo muito próximo do que acontece, por vezes, com o tratamento do gênero nos estudos sociolinguísticos brasileiros (FREITAG, 2015), em que a classificação das pessoas é realizada por quem está pesquisando, aprioristicamente e com base em pistas de expressão de gênero.

<sup>2</sup> Depois, em texto com um posicionamento mais explícito, Cerqueira (2022) reivindica o crédito a Lélia Gonzalez sobre as evidências de “amefricanidade”, “a presença das marcas linguísticas de línguas africanas na nova versão da língua alvo, ou da língua de contato” (CERQUEIRA, 2022, p. 17), no que a antropóloga denominou de “pretoguês”. “No entanto, até 2020, 37 anos após a publicação da proposta, não houve qualquer creditação e referência à sua formulação teórica

No Brasil, no entanto, ainda há outra relação complexa subsumida pela escolarização e classe social, a região de origem. Historicamente, a região Nordeste apresenta índices mais baixos de escolarização e desenvolvimento econômico, o que afeta a mobilidade social de sua população. Ao mesmo tempo, é nesta região que se concentram a maior parte das pessoas pretas e pardas. A interseccionalidade entre raça e região de origem é um fator determinante na mobilidade social, com a ascensão à escolarização, mas também com ascensão aos espaços de poder para pautar agendar – no caso da sociolinguística – que valorizem a sua comunidade.

### 3 A QUARTA ONDA

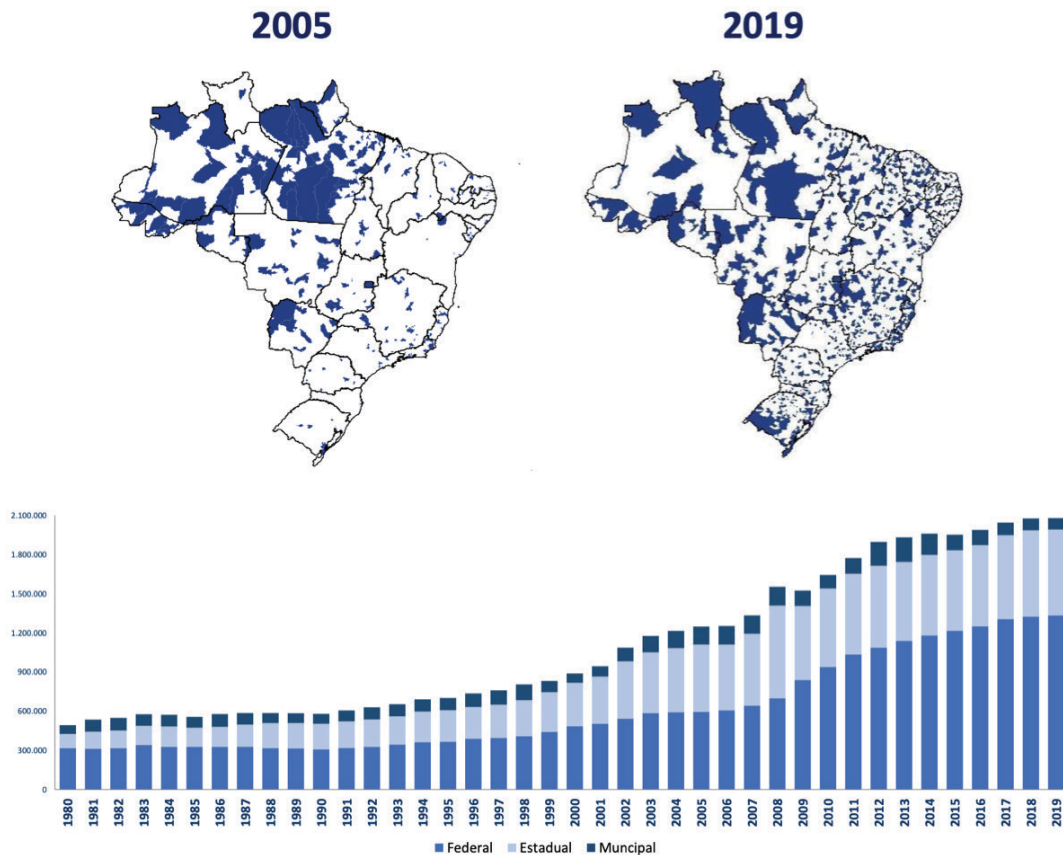
Durante várias décadas, o ensino superior no Brasil foi um privilégio e um paradoxo: estudantes que passaram a vida escolar toda em escolas públicas, ao almejavem o ensino superior, só alcançavam vagas em instituições privadas, enquanto aqueles estudantes oriundos das escolas particulares acessavam as vagas das universidades públicas. Além disso, a educação superior pública, até bem pouco tempo atrás, era majoritariamente ofertada em cursos diurnos e nas capitais, restringindo as possibilidades de ascensão social pela educação daquelas pessoas sem recursos. Embora a educação não seja equivalente ao sucesso profissional, a probabilidade de empregos mais bem remunerados está associada ao ensino superior (NONATO *et al.*, 2012). Após décadas de governos ditatoriais e neoliberais, o primeiro governo do Presidente Lula assumiu o papel do Estado como agente indutor de políticas públicas no nível educacional (PEREIRA; SILVA, 2010, CARVALHO, 2014).

Políticas públicas, como o programa de Expansão com Interiorização de Universidade Pública (EXPANDIR), criado em 2005, e o programa de apoio a planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), foram implementadas com o objetivo de reduzir assimetrias, especialmente as desigualdades regionais e espaciais na oferta da educação superior pública no Brasil. Os programas EXPANDIR e REUNI levaram à criação de 18 novas universidades federais, das quais seis foram no Nordeste, além da criação de 182 *campi* universitários (relatório *A democratização e expansão da educação superior no país 2003 - 2014*, 2015). O cenário da educação pública em nível superior no Nordeste do Brasil mudou sensivelmente entre 2003 e 2010, com as políticas públicas de expansão e interiorização das universidades públicas, levando não só a uma ampliação no número de vagas na educação superior, como também à interiorização da educação superior pública, contribuindo para o combate a desigualdades regionais e espaciais.

A figura 1, com dados fornecidos pelo Censo da Educação Superior de 2019 (MEC/INEP), apresenta a evolução do número de matrículas no ensino superior entre 1980 e 2019. O sistema público de ensino superior do Brasil expandiu tanto espacialmente quanto quantitativamente. Na parte superior da figura 1, os mapas permitem a comparação entre o número de cidades onde havia *campi* universitários públicos antes de REUNI e EXPANDIR (esquerda), e no último relatório do Censo da Educação Superior (direita). Na parte inferior da figura 1, é apresentada a evolução no número de matrículas.

---

na tradição Linguística.” (CERQUEIRA, 2022, p. 19). Mais do que reivindicar o reconhecimento, Fernanda Cerqueira, “[...] mulher, negra, cisgênero, heterossexual, feminista, nordestina e da classe trabalhadora [...]” (CERQUEIRA, 2022, p. 28), advoga: “Não por acaso, constatei, dolorosamente, que esse apagamento está diretamente relacionado ao fato de que, assim como meu encontro com Lélia Gonzalez, foi retardado em dez anos, também o foi com inúmeros outros intelectuais negros e negras, dentro e fora da Linguística.” Fernanda Cerqueira é, sem dúvida, uma sociolinguista de quarta onda, como veremos na seção a seguir.



**Figura 1:** Expansão e interiorização da educação superior no Brasil

**Fonte:** Censo da Educação Superior, 2019 (MEC/INEP)

Além da expansão de vagas, a implantação do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) e a Lei de Cotas possibilitaram a ampliação da diversidade regional, cultural e étnico-racial nas instituições de ensino superior do Brasil.

Os efeitos práticos da mobilidade estudantil são uma multiplicidade de perfis sociais dentro das universidades, estudantes de zonas rurais e urbanas de vários estados do Brasil e de classes socioeconômicas diferentes em um mesmo espaço de convivência, compartilhando práticas regionais, culturais e linguísticas. Ainda, um novo perfil de estudante universitário passou a frequentar o ensino superior: jovens da classe baixa que estudaram em escolas públicas, mas somente após a criação de novas políticas educacionais é que chegaram às universidades públicas. Esta mudança trouxe contatos e conflitos linguísticos.

Os impactos linguísticos da expansão na educação superior interferem na organização acadêmica e desempenho: dificuldades com leituras e escrita são problemas recorrentes apontados pelo universitário brasileiro. Esta dificuldade se torna mais acentuada com a recente democratização do acesso à educação superior e o ingresso de um novo perfil de estudante, formado por aqueles que tinham até então o acesso à universidade negado, a exemplo dos jovens oriundos de escolas públicas e de baixa renda, e que só após a criação das mais recentes políticas passaram a ter possibilidade de ingresso: o novo estudante (BRITTO *et al.*, 2008). Matriculados, na maioria, nos cursos noturnos, esses estudantes acabam submetidos à realidade de retroalimentação do mercado de trabalho, haja vista a dificuldade de se manterem em um curso diurno, pois têm que trabalhar. O diploma superior se caracteriza como uma possibilidade de ascensão nas vagas de trabalho de nível médio. Enquanto isso, o estudante clássico, aquele que historicamente ocupou as cadeiras nas universidades, e por ter estrutura familiar e social que o ampare, encontra na vida acadêmica um caminho para a manutenção do status social, normalmente nos cursos diurnos e de maior prestígio.



As mudanças que ocorreram nas universidades públicas federais não interferiram somente na estrutura social das comunidades acadêmicas e dos bairros em que elas estão situadas; interferiram também na língua, decorrente do acesso das classes desfavorecidas socialmente, e a mobilidade acadêmica aos estudantes de diversas regiões geográficas: cada estudante carrega consigo valores, culturas, normas, modos de falar, repertórios e traços linguísticos típicos de seu lugar de origem. E em um espaço social como é a universidade, essa diversidade de formas se encontra e faz com que a língua mude acompanhando todas as mudanças que ocorrem no meio social, instaurando um cenário de conflito linguístico. Frequentemente, professores dizem que o novo perfil de estudante é deficiente em leitura e escrita; e os próprios estudantes reconhecem que suas dificuldades afetam seu desempenho nas aulas e avaliações (ANDRADE, 2020). Pode ser um efeito das diferenças linguísticas, como apontado por Labov (1972b) em *Language in the Inner City*? Essas diferenças podem ser reivindicadas como evidência de que o português brasileiro se tornou uma língua pluricêntrica, com padrões diferentes acelerados pela expansão do ensino superior? Que outras pautas se tornam importantes para a reconfiguração de uma agenda sociolinguística, não na oposição entre um padrão vs. variedades, mas em padrões, plurais? Apresento dois recortes, muito particulares, a seguir.

### 3.1 A NOVA NORMA CULTA

Os primeiros estudos sociolinguísticos do português brasileiro na década de 1980 apontavam para tendências de mudança morfosintática que sugeriam uma direcionalidade de mudança contínua que culminaria com a implantação. Por exemplo, no domínio dos pronomes (PAIVA; SCHERRE, 1999), os resultados distributivos das variantes apontavam para cenários como a substituição de *nós* por *a gente* na expressão plural na primeira pessoa; *seu* por *dele* na terceira pessoa; e o preenchimento obrigatório do sujeito pré-verbal (DUARTE, 1996), entre outros. O poder preditivo do modelo variacionista tem até impulsionado a prescrição destes comportamentos nas gramáticas prescritivas contemporâneas da variedade brasileira do português; é o caso de Bagno (2012, p. 770), que afirma: “Os possessivos referentes à não pessoa na língua falada são sempre dele / dela / deles / delas”.

Mas as mudanças em um dos espaços onde o padrão é codificado, a universidade, têm mostrado que as previsões não necessariamente se realizam. Em um estudo sobre a variação nos pronomes possessivos de terceira pessoa (FREITAG; SIQUEIRA, 2018), em uma amostra de entrevistas sociolinguísticas com universitários, a distribuição foi de 51,3% para a forma *dele* e 48,7% para a forma *seu*, valores que se aproximam dos encontrados em estudo que foi realizado com o *corpus* do NURC (MÜLLER, 1997), 55,8% e 44,2%, respectivamente. Por outro lado, a forma *a gente* se mostra sistematicamente mais produtiva, e o padrão com concordância com *-mos* tem aumentado (FREITAG, 2016b).

Embora não seja uma documentação alinhada aos pressupostos da sociolinguística, o *corpus* do projeto Norma Urbana Culta (NURC) é utilizado para pesquisas de cunho sociolinguístico. Com amostras nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador e Recife, tem mais 400 horas de gravações em diferentes estilos de fala daquilo que se considerava o falante culto (com diploma de nível superior, em capitais), coletadas na década de 1960-1970. Com a amostra de Recife recentemente digitalizada (OLIVEIRA JR, 2016), o *corpus* NURC é a base da gramática contemporânea do português brasileiro (CASTILHO, 2010).

No cenário sociolinguístico brasileiro, o *corpus* do NURC viabiliza a análise em tempo real de mudanças linguísticas, em especial o efeito da expansão da educação superior para incluir perfis sociais historicamente constituídos, que configuram novas normas, evidências do comportamento pluricêntrico do português brasileiro. Constituir um *corpus* e descrever os padrões de uso são dois dos objetivos estruturantes do projeto *A língua da universidade*, que está em andamento na Universidade Federal de Sergipe.

Inicialmente voltado para atender às demandas de assimetria linguística identificadas pela autoavaliação de estudantes, pelo testemunho de docentes e pelos resultados de avaliações em larga escala, como o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) (ANDRADE, 2020; ANDRADE; FREITAG, 2021), por meio do programa de apoio pedagógico (edital 02/2029/PROGRAD/PROEST/UFS), o projeto integrado *A língua da universidade* demandava a documentação linguística dos estudantes da Universidade Federal de Sergipe para constituir uma amostra para a descrição dos padrões efetivos de uso linguístico, em articulação com o projeto *Falares Sergipanos virtual: variedade, diversidade, contato e os direitos linguísticos* (Edital 02/2015 SENACON/MJ; Edital CAPES/FAPITEC/SE 10/2016 PROMOB).

A nova configuração da educação superior fez com que a documentação linguística adotada para o projeto *A língua da universidade* fosse adaptada, com algumas diferenças em relação ao procedimento clássico de coleta de dados sociolinguísticos. Ao invés do conceito de “comunidade de fala” (um grupo de pessoas que compartilham um conjunto de expectativas e atitudes relativas ao uso da língua), esta ação de documentação linguística assume um conceito amplo de “comunidade de prática” (um grupo de pessoas envolvidas em práticas sociais, mas que não necessariamente compartilham o comportamento linguístico). Em termos práticos, nesta ação de documentação linguística, a dimensão territorial/geográfica é uma característica importante no recrutamento e seleção de participantes para a amostra.

Chamada de amostra *Deslocamentos*, esta abordagem de documentação sociolinguística integra o banco de dados Falares Sergipanos (FREITAG, 2013) e assume um conceito ampliado para a comunidade de práticas, coordenando estratificação sociodemográfica estável e fluida, como sexo/gênero, idade, onde se vive e vulnerabilidade, com a realização de entrevistas sociolinguísticas nas quais participantes são recrutados nas suas práticas sociais na universidade.

Interrompida pela pandemia, a série de documentação linguística do projeto foi constituída pela primeira amostra (2018) e a segunda amostra (2019), estratificadas quanto ao deslocamento (figura 2) e quanto ao tempo de curso.





Deslocamento I	Deslocamento II	Deslocamento III	Deslocamento IV
Nascido e residente em Aracaju e região metropolitana, vai e volta para a UFS diariamente (pendular capital)	Sergipano, do interior, vai e volta para a UFS diariamente (pendular interior)	Sergipano, do interior, migrou temporariamente para o entorno da UFS (sazonal, interna)	De outros estados, migrou temporariamente para o entorno da UFS (sazonal, externa)
			

Figura 2: Estratificação da amostra *Deslocamentos*

Fonte: Elaboração própria

Na proposta inicial do apoio pedagógico, os resultados descritivos da parametrização da norma gramatical do grupo tinham por objetivo subsidiar cursos sobre leitura e escrita acadêmica, e ao mesmo tempo, ações de sensibilização para a consciência das diferenças linguísticas, que devem ser reconhecidas como tal, como ponto de partida para ações propositivas relativas à retenção acadêmica e às demandas de evasão na universidade.

Os resultados mostram diferenças gramaticais em função do tipo de deslocamento e região de origem, como, por exemplo, a distribuição da realização do artigo definido diante de pronomes possessivos (SIQUEIRA, 2020a,b; SIQUEIRA; FREITAG, 2022), a variação na realização da preposição locativa *em* ~ *ni* (RIBEIRO, 2019), pronomes pessoais de 2ª pessoa na função de sujeito *você* ~ *cê*, e objeto, *te* ~ *lhe*, e preposição de complemento locativo de verbos de deslocamento *a* ~ *pra* ~ *em* (SIQUEIRA; SOUSA, RODRIGUES, 2023).

No entanto, os resultados também vêm apontando para o efeito normatizador da comunidade de práticas, medida pelo tempo de convivência no grupo: quanto mais tempo de curso, maior é a tendência de alinhamento ao padrão; é o que acontece com a preposição locativa *em*, em substituição a *ni*, predominando na fala de iniciantes da graduação (RIBEIRO, 2019), o uso de *seu* em substituição a *dele* (NOVAIS; SIQUEIRA, RODRIGUES, 2021), a concordância redundante em substituição a não redundante (NOVAIS, 2021), a presença vs. ausência de determinante diante de possessivo (SIQUEIRA, 2020), ou preposição *a* vs. *em* na regência de complementos locativos de verbos de deslocamento (RODRIGUES, 2021), e, no nível fonológico, a variante palatal em

substituição à variante oclusiva nos segmentos /t/ e /d/ diante de /i/ (CORRÊA, 2019) e o efeito da região dialetal sobre a diferença nos valores acústicos do fenômeno (SILVA, 2021).

Um terceiro padrão de comportamento identificado, adentrando o domínio da consciência da norma, é a negação do comportamento em conformação a um padrão normativista imposto, tal como é evidenciado na expressão da primeira pessoa do plural, em que o comportamento é quase categórico quanto ao uso de *a gente*, mas no nível da consciência, as pessoas afirmam usar a variante *nós* (FREITAG, 2016b).

A continuidade da documentação, junto com o aprofundamento da descrição dos padrões de uso, nos diferentes níveis da língua, podem contribuir para a compreensão de como funcionam padrões e os efeitos das prescrições gramaticais na conformação das normas linguísticas, assim como a observação da dinâmica da língua pode vislumbrar o efeito da dinâmica social, reforçando a ideologia da ascensão social pela escolarização, e que reforça a segregação: em vez de uma mudança na língua na direção de padrões mais diversificados e identitários, o espaço da universidade reforça o efeito prescritivista e refreia a mudança. Ou seja, a nova norma culta não é tão nova assim.

#### 4.2 GÊNERO NÃO-BINÁRIO

As pautas identitárias têm alcançado mudanças na sociedade brasileira que se manifestam também no nível linguístico, como é o caso dos movimentos para a linguagem simples, que visa a democratizar o acesso à informação para a cidadania (BATISTA; FREITAG, 2022), e os movimentos de linguagem inclusiva e linguagem neutra que buscam igualdade, inclusão e diversidade na referência a gênero, respeitando a identidade e promovendo a não invisibilização.

Seja pela perspectiva do gênero inclusivo ou do gênero neutro, esta pauta tem entrado na não só na agenda de pesquisa, mas na política. No rol das ações afirmativas da expansão da educação superior, grupos que ficaram de fora das ações para a graduação foram contemplados na pós-graduação; é o caso de pessoas trans e travestis, por exemplo (VENTURINI; FERES JR, 2020). Isso não significa que haja uma associação direta entre as pessoas trans e travestis e pesquisar questões de linguagem inclusiva ou neutra; mas a diversidade positiva gerada pela inclusão torna-o saliente. Não por acaso as pesquisas empíricas sobre o tema concentram-se em uma bolha, escolarizada e com acesso às redes sociais.

A demanda por uma linguagem inclusiva não é recente. Há inclusive um projeto de lei federal (4610/2001), aguardando para entrar em pauta em votação ordinária, que trata de linguagem inclusiva de gênero nas comunicações oficiais. A inclusão de gênero na comunicação oficial também não é novidade, ainda na década de 1980 o presidente José Sarney cumprimentava “brasileiros e brasileiras” nos seus pronunciamentos. Talvez a novidade seja a emergência de uma forma linguística para referir quem não se identifica com o binário, como a forma “todes”.

No português brasileiro, as marcas linguísticas para a expressão de gênero não-binário têm sido descritas com regularidade e sistematicidade, em especial nos sistemas de concordância de gênero e no paradigma pronominal (MADER; SEVERO, 2016; SCHWINDT, 2020; PINHEIRO; PINHEIRO, 2021; FREITAG, 2022, dentre outros). Além de uma regra de gênero redundante (em oposição ao masculino genérico), também se identifica a emergência de marcas com comportamento morfêmico ligado à expressão de não-binário (@, x, e), assim como a emergência de pronomes de terceira pessoa (êlu, êla), e também a prevalência da marcação de gênero por meio da flexão de determinante, assimétrica com o traço de gênero do núcleo (a Pablo vs. o Pablo).

De um ponto de vista sociolinguístico, a emergência de novas formas no sistema da língua, bem como a mudança de regras, demandam descrição de usos, em perspectivas da 1) produção, cujos resultados podem revelar os grupos que impulsionam esta mudança linguística, bem como os movimentos de regularização no sistema; 2) percepção, cujos resultados podem revelar a posição dos falantes da língua acerca dessas novas marcas no sistema; e 3) sociais, que podem revelar a ideologia linguística subjacente às manifestações institucionais acerca da emergência das marcas e de seu uso.

No estado atual do processo de mudança, neste momento, do ponto de vista empírico, com dados autênticos, as pistas para o desvelamento do processo são mais de natureza indireta, lidando com percepção e apreciação societal, do que necessariamente a produção de fato (cf. PINHEIRO; FREITAG, 2020; PEREIRA; SILVA, 2023). Do repertório a que tenho acesso, sob orientação

sociolinguística, é de Baldez (2022) o estudo que apresenta resultados da produtividade das formas em situações de uso real, ainda que restrito a uma rede social, o Twitter.

Embora os perfis sociais que aderem às novas marcas de gênero sejam minorias e ainda fortemente alinhados aos movimentos que engendram as mudanças, os efeitos sociais são amplificados, com forte reação negativa e prescritiva contrária às formas emergentes, não só de gênero neutro, mas também de gênero inclusivo. Por outro lado, emerge uma profusão de manuais e cartilhas ensinando e prescrevendo linguagem neutra, em alguns casos tão prescritivista quanto os preceitos gramaticais rotulados por Faraco (2008) de “norma curta”.

Estes resultados refletem o embate entre a pauta identitária e a onda conservadora que têm predominado na sociedade; ao mesmo tempo que apontam para a necessidade de proposição de ações de sensibilização e educação linguística na sociedade brasileira, tal como propõe Lau (2017). As ações de educação linguística e sensibilização, no entanto, demandam lastro científico, com evidências empíricas.

#### 4 RUMOS

Nestas ondas de ressignificação, talvez o que eu estou chamando de quarta onda, a onda do ativismo, seja na verdade só uma sociolinguística em que as relações entre língua e sociedade são mutuamente constitutivas. Como eu disse no começo, o olhar retrospectivo é privilegiado e permite ver além. Talvez seja só um despertar para aquilo que já estava desde sempre previsto nos princípios fundantes. O fato é que depois que a universidade se abriu para um público socialmente diverso, socialmente um pouco mais diversos têm sido os temas de pesquisa na sociolinguística brasileira, em uma não hegemonia. Essa diversidade é, em alguma medida, efeito de atendimento a demandas, como as de ordem pedagógica que motivaram a coleta *Deslocamentos*<sup>1</sup>, e vai na contramão da disponibilidade de financiamento, centrada em prioridades e tecnologias.

Usar a educação e a ciência para promover a justiça social é uma das premissas que norteiam a universidade pública brasileira. Em um país com tantas assimetrias, e onde a escolarização é, ainda, a possibilidade de mobilidade social, a universidade se constitui como instituição que pode promover revoluções, também nos rumos da agenda de pesquisa sociolinguística, quebrando a hegemonia.

A ciência é neutra, cientistas não são. Precisamos de um ativismo com responsabilidade e embasado em dados e em boa ciência, sob pena de cairmos no espectro do negacionismo nefasto, que em nada fortalece as pautas. Ativismo sem lastro científico é panfletagem. Nem sempre nossas vontades se reverberam em dados; a mudança nos padrões pela ascensão do novo perfil de estudante na universidade ou regularização da referência a gênero não-binário são demandas que, neste momento, ainda não se materializam na língua. Ou, ao menos, as evidências empíricas coletadas até o momento não suportam as hipóteses pautadas nos movimentos identitários e inclusivistas. A conjuntura requer mais pesquisa e continuidade das ações de difusão, igualmente importantes. Sociolinguistas ativistas e responsáveis, em frente!

---

<sup>1</sup> O tratamento da diversidade linguística vem sendo preconizado nos documentos oficiais, como os valores subjacentes às práticas de linguagem e o papel social da escola frente à heterogeneidade linguística. Na BNCC, a língua é concebida como dinâmica e multimodal, que não pode ser dissociada do contexto social e do senso de pertencimento. Assim, a diversidade linguística é promovida a direito de aprendizagem (cf. FREITAG; SAVEDRA, 2023).

## REFERÊNCIAS

- AMARAL, K. O. Práticas linguísticas, significados sociais e expressão de identidades: o caso de (-STE). *Organon*, v. 37, n. 73, p. 125-149, 2022.
- ANDRADE, S. R. J.; FREITAG, R. M. K. Objetivos educacionais e avaliações em larga escala na trajetória da educação superior brasileira: Enem, Enade e a complexidade cognitiva na retenção do fluxo. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 102, p. 177-204, 2021.
- ANDRADE, S. R. J. *Acesso, permanência e sucesso na educação superior: relações entre a proficiência em leitura e os indicadores de fluxo*. 2020. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, 2020.
- BAGNO, M. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2012.
- BALDEZ, Diovana da Silveira. *O uso da marcação de gênero neutro no Twitter por uma perspectiva sociolinguística*. 2022. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2022.
- BARBOSA, J. B.; MARRA, L. G. S. Conhecendo atitudes linguísticas de ingressantes dos cursos de Letras da cidade de Uberaba-MG. *Revista de Letras Norte@mentos*, v. 15, n. 39, 2022.
- BARROZO, T. A.; AGUILERA, V. A. Sexo e linguagem: uma análise a partir das sabatinas dos ministros do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa e Rosa Weber. *Revista da ABRALIN*, v. 13, n.1, 2014.
- BATISTA, G. M.; FREITAG, R. M. K. Para uma revisão da linguagem jurídica em sentenças judiciais. *Lengua y Sociedad*, v. 21, n. 2, p. 257-273, 2022.
- BELL, A. Succeeding waves: Seeking sociolinguistic theory for the twenty-first century. In: COUPLAND, N. (Org.) *Sociolinguistics: theoretical debates*, Cambridge: Cambridge University Press, 2016, p. 391-416.
- BRASIL. Ministério da Educação. *A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014* [relatório técnico]. Brasília, 2015.
- BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação. Portaria nº 5.109, de 16 de agosto de 2021. *Define as prioridades, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, no que se refere a projetos de pesquisa, de desenvolvimento de tecnologias e inovações, para o período 2021 a 2023*. Brasília, 2021.
- BRITTO, L. P. L., et al. Conhecimento e formação nas IES periféricas perfil do aluno “novo” da educação superior. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, v. 13, n. 1, p. 777-791, 2008.
- BUCHOLTZ, M. et al. Sociolinguistic justice in the schools: Student researchers as linguistic experts. *Language and Linguistics Compass*, v. 8, n. 4, p. 144-157, 2014.
- CAMACHO, R. G.; SALOMÃO-CONCHALO, M. H. A variação de plural no SN como um indexador de identidade. *Todas as Letras-Revista de Língua e Literatura*, v. 18, n. 2, 2016.
- CAMPOS, M. S. R.; CERQUEIRA, F. O. Expressões genéricas na comunidade LGBTQIA+. *Travessias Interativas*, v. 12, n. 26, p. 131-144, 2022.

CARVALHO, C. H. A. Política para a educação superior no governo Lula: expansão e financiamento. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 58, p. 209-244, 2014.

CARVALHO, D.; ALMEIDA, R. G. Autopercepção e identidade linguística em comunidades de prática gays em Salvador, Bahia. *Web Revista Sociodialeto*, v. 7, n. 21, p. 82 - 98, 2017.

CARVALHO, D. Autopercepção e empatia em comunidades de prática gays em Salvador, Bahia. *Colóquio do Museu Pedagógico*, v. 12, n. 1, p. 557-562, 2017.

CASTILHO, A. T. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CERQUEIRA, F. O. O pretuguês como comunidade de prática: concordância nominal e identidade racial. *Traços de Linguagem*, v. 4, n. 1, 2020.

CERQUEIRA, F. O. Lélia Gonzalez e o pretuguês: do racismo e sexismo ao epistemicídio. In: CARVALHO, D. S. LIMA, P. E (Org.). *Língua(gem) e sexualidade: perspectivas do século XXI*. Salvador: EdUFBA, 2022. p.15-38.

CHARITY-HUDLEY, A. H. Sociolinguistics and social activism. In: BAYLEY, R.; CAMERON, R.; LUCAS, C. (Org.). *The Oxford Handbook of Sociolinguistics*. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 1-22.

CHARITY-HUDLEY, A. H. Language and racialization. In: GARÍCA, O.; FLORES, N.; SPOTTI, M. (Org.). *The Oxford Handbook of Language and Society*. Oxford: Oxford University Press, 2016. p. 1-25.

CHARITY-HUDLEY, A. H.; MALLINSON, C.; BUCHOLTZ, M. Toward racial justice in linguistics: Interdisciplinary insights into theorizing race in the discipline and diversifying the profession. *Language*, v. 96, n. 4, p. e200-e235, 2020.

COLLISCHONN, G.; MONARETTO, V. O. Banco de dados VARSUL: a relevância de suas características e a abrangência de seus resultados. *Alfa: Revista de Linguística*, v. 56, p. 835-853, 2012.

CORRÊA, T. R. A. *A variação na realização de /t/ e /d/ na comunidade de práticas da UFS: mobilidade e integração*. 2019. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Sergipe, 2019.

DETTONI, R. V., et al. Projeto de variação linguística no Centro-Oeste (VALCO). *Alfa: Revista de Linguística*, v. 56, p. 807-833, 2012.

DUARTE, M. E. L. A perda do princípio “evite pronome” no português brasileiro. *Sínteses*, v. 1, p. 87 - 105, 1996.

ECKERT, P. As três ondas do estudo da variação: a emergência do significado no estudo da variação sociolinguística. Trad. S. G. Oliveira, L. M. Rockenbach, A. Gutierrez. *Organon*, v. 37, n. 73, p. 268-291, 2022.

ECKERT, P. *Meaning and linguistic variation: The third wave in sociolinguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

ECKERT, P. Three waves of variation study: The emergence of meaning in the study of sociolinguistic variation. *Annual review of Anthropology*, v. 41, p. 87-100, 2012 [2008].

FARACO, C. A. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

FERRAZ, D. L. S., et al. A fala de gays sertanejos: aproximações e distanciamentos discursivos em duas gerações. *Bagoas*, v. 10, n. 15, p. 203-222, 2016.

- FREITAG, R. M. K., *et al.* Desafios da gestão de dados linguísticos e a Ciência Aberta. *Cadernos de Linguística*, v. 2, n. 1, p. 1-19, 2021.
- FREITAG, R. M. K.; MARTINS, M. A.; TAVARES, M. A. Bancos de dados sociolinguísticos do português brasileiro e os estudos de terceira onda: potencialidades e limitações. *Alfa: Revista de Linguística*, v. 56, p. 917-944, 2012.
- FREITAG, R. M. K.; SEVERO, C. G. *Mulheres, linguagem e poder: estudos de gênero na sociolinguística brasileira*. São Paulo: Blucher, 2015.
- FREITAG, R. M. K.; SIQUEIRA, J. M. Ainda sobre possessivos de terceira pessoa no português brasileiro. *Caderno de Squibs: Temas em estudos formais da linguagem*, v. 4, n. 2, p. 32-44, 2018.
- FREITAG, R. M. K. (Re)discutindo sexo/gênero na sociolinguística. In: FREITAG, R. M. K.; SEVERO, C. G. (org.). *Mulheres, linguagem e poder: estudos de gênero na sociolinguística brasileira*. São Paulo: Blucher, 2015. p. 17-74.
- FREITAG, R. M. K. Conflito de regras e dominância de gênero. In: BARBOSA FILHO, F. R.; OTHERO, G. A. (org.). *Linguagem "neutra": língua e gênero em debate*. São Paulo: Parábola, 2022. p. 53-72.
- FREITAG, R. M. K. Sociolinguistic repositories as asset: challenges and difficulties in Brazil. *The Electronic Library*, v. 40, n. 5, p. 607-622, 2022.
- FREITAG, R. M. K. Sociolinguística no/do Brasil. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 58, n. 3, p. 445-460, 2016b.
- FREITAG, R. M. K. Uso, crença e atitudes na variação na primeira pessoa do plural no Português Brasileiro. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 32, p. 889-917, 2016a.
- FREITAG, R. M. K.; SAVEDRA, M. M. G. *Mobilidades e contatos linguísticos no Brasil*. São Paulo: Blucher, 2023.
- GHESSI-ARROYO, R. R.; PELUCO, L. C. A variável sexo/gênero na sociolinguística variacionista: um olhar crítico sobre os dados linguísticos. *InterteXto*, v. 13, n. 2, p. 30-55, 2020.
- GHESSI-ARROYO, R. R. O valor sociolinguístico da concordância verbal dentro do contexto escolar. *Trem de Letras*, v. 9, n. 1, p. e022006-e022006, 2022.
- GONÇALVES, S. C. L. Projeto ALIP (Amostra Linguística do Interior Paulista) e banco de dados Iboruna: 10 anos de contribuição com a descrição do português brasileiro. *Estudos Linguísticos*, v. 48, n. 1, p. 276-297, 2019.
- GÖRSKI, E. M.; MARTINS, M. A. R. Questões teórico-metodológicas da Sociolinguística em interface com o Gerativismo e Funcionalismo linguísticos e o ensino de Língua Portuguesa. *Revista da Anpoll*, v. 52, n. esp, p. 173-197, 2021.
- LABOV, W. *Language in the inner city: Studies in the Black English vernacular*. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 1972b.
- LABOV, W. Objectivity and commitment in linguistic science: The case of the Black English trial in Ann Arbor. *Language in society*, v. 11, n. 2, p. 165-201, 1982.
- LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 1972a.

- LAU, H. D. O uso da linguagem neutra como visibilidade e inclusão para pessoas trans não-binárias na língua portuguesa: a voz “del@s” ou “delxs”? Não! A voz “delus”. V Simpósio Internacional em Educação Sexual: saberes/trans/versais currículos identitários e pluralidades de gênero. *Anais do V Simpósio Internacional em Educação Sexual: saberes/trans/versais currículos identitários e pluralidades de gênero*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2017.
- LISBOA, C. M. O. M.; PEREIRA, T. C. A. S. “Doutor (a)”: relações de poder e de solidariedade em uma comunidade de prática jurídica. *Todas as Letras-Revista de Língua e Literatura*, v. 19, n. 2, 2017.
- LUCCHESI, D.; BAXTER, A. N.; RIBEIRO, I. *O português afro-brasileiro*. Salvador: Edufba, 2009.
- LUCCHESI, D. *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.
- MACHADO-VIEIRA, M. S. *et al.* Acervos de dados abertos à sociedade. *Cadernos de Linguística*, v. 2, n. 1, p. e607-e607, 2021.
- MÄDER, G. R. C.; SEVERO, C. G. Sexismo e políticas linguísticas de gênero. In: FREITAG, R. M. K.; SEVERO, C. G.; GÖRSKI, E. (Org.). *Sociolinguística e Política Linguística: Olhares Contemporâneos*, v. 1, p. 245-260, 2016.
- MARTELL, L. The third wave in globalization theory. *International studies review*, v. 9, n. 2, p. 173-196, 2007.
- MELO, M. A. S. L. Furando as ondas: a contribuição de falantes à margem da estrutura social para a discussão sobre o significado social da variação. *Revista Linguística*, v. 16, n. Esp., p. 798-816, 2020.
- MÜLLER, A. L. A lógica subjacente à variação entre as formas possessivas de terceira pessoa: seu versus dele. *Revista da ANPOLL*, v. 1, n. 3, 1997.
- NONATO, F., *et al.* *O perfil da força de trabalho brasileira: trajetórias e perspectivas*. Relatório IPEA, Brasília, 2012.
- NOVAIS, V.; SIQUEIRA, M.; RODRIGUES, F. Os usos de seu e dele na fala de universitários sergipanos. *Enlaces*, v. 2, p. e021009-e021009, 2021.
- NOVAIS, V. *Variação na concordância verbal de terceira pessoa do plural na fala de universitários sergipanos*. 2021. Dissertação (mestrado em Letras) - Universidade Federal de Sergipe, 2021.
- OLIVIERA JR., M. NURC digital um protocolo para a digitalização, anotação, arquivamento e disseminação do material do projeto da norma urbana linguística culta (NURC). *CHIMERA: Revista de Corpus de Linguas Romances y Estudios Lingüísticos*, v. 3, n. 2, p. 149-174, 2016.
- PAIVA, M. C.; SCHERRE, M. M. P. Retrospectiva sociolinguística: contribuições do PEUL. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 15, p. 201-232, 1999.
- PAIVA, M. C.; SILVA, V. L. P. Cumprindo uma pauta de trabalho: contribuições recentes do PEUL. *Alfa: Revista de Linguística*, v. 56, p. 739-770, 2012.
- PEREIRA, D. F.; SILVA, C. R. T. A realização de artigo feminino diante de antropônimo masculino: uma análise sociolinguística sobre o sentimento de inclusão de universitários recifenses. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 31, n.2. 2023.



- PEREIRA, T. I.; SILVA, L. F. S. C. As políticas públicas do Ensino superior no governo Lula: expansão ou democratização?. *Revista Debates*, v. 4, n. 2, p. 10-10, 2010.
- PETTER, M. M. T. Uma hipótese explicativa do contato entre o português e as línguas africanas. *PAPIA: Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares*, v. 17, p. 9-19, 2008.
- PINHEIRO, A. F. C.; PINHEIRO, B. F. M. Estratégias de neutralização de gênero no Português Brasileiro. *Cadernos de Linguística*, v. 2, n. 1, p. e326-e326, 2021.
- PINHEIRO, B. F. M.; FREITAG, R. M. K. Estereótipos na concordância de gênero em profissões: efeitos de frequência e saliência. *Revista Linguística*, v. 16, p. 85-107, 2020.
- REASER, J.; ADGER, C. Developing language awareness materials for nonlinguists: Lessons learned from the Do you speak American? curriculum development project. *Language and Linguistics Compass*, v. 1, n. 3, p. 155-167, 2007.
- RIBEIRO, C. C. S. Pistas para a acomodação subjetiva na variação entre em ~ ni na fala de universitários: regularização morfológica e reparos. *Domínios de lingu@agem*, v. 13, n. 4, p. 1557-1580, 2019.
- RIBEIRO, A. B. O. Usos linguísticos de um grupo de lésbicas e gays: questões de identidade e estilo discutidas em entrevista dirigida. *Working Papers em Linguística*, v. 22, n. Especial, p. 302-326, 2021b.
- RIBEIRO, F. M. M. *Variação Estilística e suas concepções na base nacional comum curricular (BNCC)*. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras - Português). Universidade Federal do Pampa, 2021a.
- RICKFORD, J. R. Unequal partnership: Sociolinguistics and the African American speech community. *Language in Society*, v. 26, n. 2, p. 161-197, 1997.
- RODRIGUES, F. G. C. *Variação na regência de complementos locativos de verbos de movimento na fala de universitários da UFS*. 2021. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Sergipe, 2021.
- RODRIGUES, L. S.; VIEIRA, M. H. C. Vai ser sal, pivete: variação, atitudes e identidade cultural no falar da comunidade de prática dos pirangueiros de Fortaleza. In: VIANA, R. B. M.; RODRIGUES, L. S.; PONTES, V. O.; CARVALHO, H. M. (Org.). *Estudos em sociolinguística variacionista e funcionalismo*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022, p. 165-181.
- ROSA, J.; FLORES, N. Unsettling race and language: Toward a raciolinguistic perspective. *Language in society*, v. 46, n. 5, p. 621-647, 2017.
- SANTANA, A. L. Acomodação dialetal de sergipanos em São Paulo: a influência das redes sociais e do indivíduo. *Estudos Linguísticos*, v. 47, n. 1, p. 212-225, 2018.
- SANTANA, C. C.; ANDRADE, T. R. C.; FREITAG, R. M. K. Relações de gênero e formas de tratamento em uma comunidade religiosa. In: FREITAG, R. M. K.; SEVERO, C. G. (org.). *Mulheres, linguagem e poder: estudos de gênero na sociolinguística brasileira*. São Paulo: Blucher, 2015, p. 254-266.
- SANTOS, D. C.; PARCERO, L. M. Sambando na cara da sociedade: um estudo em andamento sobre a atitude e os usos linguísticos no contexto do Samba Chula de São Braz. *A Cor das Letras*, v. 19, n. 2, p. 129-140, 2018.

- SCHWINDT, L. C. Sobre gênero neutro em português brasileiro e os limites do sistema linguístico. *Revista da ABRALIN*, p. 1-23, 2020.
- SILVA, L. S. *Análise acústica ou de oitiva?* Contribuições para o estudo da palatização em Sergipe. 2021. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Sergipe, 2021.
- SIQUEIRA, M.; FREITAG, R. M. K. Can mobility affect grammar at the morphosyntactic level? A study in Brazilian Portuguese. *Organon*, v. 37, n. 73, p. 14-35, 2022.
- SIQUEIRA, M.; SOUSA, M. D. A. F.; RODRIGUES, F. G. C. Sistematizando Padrões Dialetais Morfossintáticos: Mobilidade e Contato. In: FREITAG, R. M. K.; SAVEDRA, M. M. G. (Org.). *Mobilidades e contatos linguísticos no Brasil*. São Paulo: Blucher, 2023, p. 165 -188.
- SIQUEIRA, M. Efeitos do contato entre normas na variação linguística: a presença de artigo definido antecedendo possessivos no falar universitário da UFS. *Porto das Letras*, v. 6, n. 1, p. 8-33, 2020a.
- SIQUEIRA, M. *Variação no preenchimento da posição determinante antes de possessivos pré-nominais: padrões dialetais e contatos*. 2020. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Sergipe, 2020.
- SIQUEIRA, M. O caráter dialetal na variação do preenchimento da posição determinante antes de possessivos pré-nominais. *Web Revista SOCIODIALETO*, v. 10, n. 30 SER. 2, p. 19-42, 2020b.
- SOUZA-SILVA, A. L.; LUCENA, R. M. A variável sexo/gênero em estudos sociolinguísticos: um panorama das três ondas. *Prolíngua*, v. 16, n. 1, p. 178-188, 2021.
- SOUZA, C. C. B. N.; LOPES, N. S. Sobre o estilo na sociolinguística de terceira onda: perspectivas teórico-metodológicas. *A Cor das Letras*, v. 22, n. Esp., p. 7-17, 2021.
- VALADARES, F. B.; SANTOS, M. F. Assédio linguístico: uma discussão no âmbito pedagógico-institucional—o sotaque como marcador social. *Verbum*, v. 8, n. 3, p. 185-197, 2019.
- VALENTIM, A. C. P.; DIZEU, L. C. T. B.; COSTA, P. R. S. Marcações não manuais na Língua Brasileira de Sinais utilizada em Maceió: delineamentos de uma comunidade de prática. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 36, 2020.
- VELOSO, R. As três ondas da sociolinguística e um estudo em comunidades de práticas. In: *Anais do XVII Congreso Internacional Asociación de Linguística y Filología de América Latina*. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2014, p. 1740-1749.
- VENTURINI, A. C.; FERES JÚNIOR, J. Política de ação afirmativa na pós-graduação: o caso das universidades públicas. *Cadernos de Pesquisa*, v. 50, p. 882-909, 2020.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Empirical foundations for a theory of language change*. Austin: University of Texas Press, 1968.
- WOLFRAM, W.; REASER, J.; VAUGHN, C. Operationalizing linguistic gratuity: From principle to practice. *Language and Linguistics Compass*, v. 2, n. 6, p. 1109-1134, 2008.
- WOLFRAM, W. Scrutinizing linguistic gratuity: Issues from the field. *Journal of Sociolinguistics*, v. 2, n. 2, p. 271-279, 1998.
- WRYE, Harriet Kimble. The fourth wave of feminism: Psychoanalytic perspectives introductory remarks. *Studies in Gender and Sexuality*, v. 10, n. 4, p. 185-189, 2009.

YACOVENCO, L. C., *et al.* Projeto PortVix: a fala de Vitória/ES em cena. *Alfa: Revista de Linguística*, v. 56, p. 771-806, 2012

ZAMBRANO, P. C. *Linguagem inclusiva em destaque: pesquisa, análise e divulgação dos xis da questão*. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras - Espanhol) - Universidade Federal de São Carlos, 2022.



**Recebido em 13/03/2023. Aceito em 23/06/2023.**